

Contribuição para entender a crise atual no Brasil

JORGE ALMEIDA*

Um mundo em crise

A crise que o mundo está vivendo é múltipla: econômica, financeira, social, ambiental, alimentar e energética, com fortes implicações políticas e culturais em diversos países, em alguns se expressando como crise política. Hoje, ela se situa principalmente no centro capitalista e não tem aparecido sinais de saída “virtuosa”. É uma crise estrutural do capitalismo (Mészáros, 2011).

Desde o início dessa longa crise (entre 1960 e 1970), muitos fatos aconteceram favorecendo o capitalismo: o rompimento do Acordo de Bretton Woods e a financeirização da economia (Chesnais, 2007); a ofensiva neoliberal; o keynesianismo industrial-militar; a revolução tecnocientífica e a reestruturação produtiva; a entrada pesada do capital em “novos” setores econômicos e “novas” regiões do mundo; a continuação da monopolização imperialista; grandes investimentos imobiliários; o maior ataque à natureza com destruição ambiental; o fim dos regimes burocráticos da União Soviética e no Leste Europeu; e a conversão capitalista da China. O resultado foi o aprofundamento da crise.

Esse momento traz quatro grandes “movimentos” econômicos, políticos, sociais e ideológicos: uma transição para uma nova fase do imperialismo, na qual há uma quebra da hegemonia global unipolar dos Estados Unidos e uma possível bipolarização na qual a China (em aliança com a Rússia) desponta como liderança de um bloco imperialista em ascensão; um avanço da resistência popular numa perspectiva à esquerda, que se manifesta muito desigualmente em cada país; o

* Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. *E-mail:* jorgeal@ufba.br. Texto escrito em novembro de 2015.

crescimento de uma direita neofacista em diversos países; e o fenômeno dos agrupamentos fundamentalistas islâmicos militarizados (Almeida, 2015).

É nesse quadro que se situa a crise brasileira.

A hegemonia e os projetos historicamente em disputa no Brasil

O exercício da hegemonia burguesa no Brasil é historicamente recente. Para Gramsci (2000), hegemonia é uma combinação entre direção política, ideológica e intelectual e a dominação (coerção). É uma supremacia de classe exercida através do convencimento e da força em que, numa situação normal, predomina o consentimento e não o uso da violência.

Ligado ao conceito de hegemonia está o de bloco histórico, que é uma articulação hegemônica, ligada à estrutura econômica e à superestrutura da sociedade, com fortes raízes culturais, mas que precisa se renovar a cada conjuntura. Só é hegemônica uma classe que, ao mesmo tempo, tem seus interesses econômicos garantidos na estrutura, suas ideias predominando na sociedade civil e o controle do aparelho político-jurídico-coercitivo do Estado.

No Brasil, a conquista portuguesa, a colonização, o império, o genocídio das nações indígenas e o escravismo foram exercidos principalmente pela dominação coercitiva.

Desde 1500, nossa história tem sido de dependência econômica e política, vinculada a interesses internacionais, e de resistência indígena, negra e popular.

O modelo econômico-social, desde o Império, esteve em disputa principalmente entre um campo político, econômico e social mais liberal-conservador e um outro, mais “desenvolvimentista” e industrializante, porém dentro dos limites das classes dominantes e da dependência (Fiori, 2003). Correndo por fora e, em alguns momentos, se afirmando mais fortemente, também estiveram presentes variantes de um projeto nacional, de caráter democrático e popular e/ou sentido socialista, reformista ou revolucionário. Porém, sempre acabou predominando a dependência (Marini, 2011; Bambirra, 2013).

A revolução burguesa no Brasil foi do tipo passiva (Gramsci, 2000; Coutinho, 1988), um longo processo que se inicia em meados do século XIX, sem um momento nítido de ruptura entre a moderna burguesia e a classe dominante anterior.

Só podemos pensar seriamente em hegemonia em nosso país a partir do período final do Estado Novo e início da democracia liberal representativa. Esse período, entretanto, foi marcado pela instabilidade e pela disputa entre o liberalismo e o “populismo” que buscava uma alternativa nacional desenvolvimentista, sob a direção da burguesia nacional (Ianni, 1978).

Mas o Golpe de 1964 comprovou tanto o “colapso do populismo”, como também o fracasso da construção de uma hegemonia burguesa de cunho liberal democrático estável naquele momento. E mostrou que a esquerda, apesar de sua importância e momento de relativo crescimento, continuava sem acúmulo estratégico para conquistar o poder.

O regime militar-burguês promoveu o desenvolvimentismo na forma de modernização burguesa excludente, justamente porque, pela fraqueza da hegemonia

burguesa, não havia como fazer isso numa democracia liberal. A industrialização dependente avançou até a crise mundial se instalar, contribuindo com a crise do “milagre brasileiro” e do próprio regime, provocando uma transição controlada para um governo civil fraco (Sarney); a ausência de um modelo econômico que unificasse a burguesia; e uma hegemonia política instável.

A luta popular avançava, mas não conseguiu gerar uma saída de esquerda, e as alternativas concretas não foram além das duas já citadas. Mas, desse processo, resultou uma grande diversidade de organizações populares, sendo a UNE, a CUT e o MST, além do PT, suas principais expressões.

Tivemos uma Assembleia Constituinte (1986/88) na qual a correlação de forças, resultante da mobilização popular, forçou a incorporação de diversas demandas populares na nova Constituição, materializando no Estado, que continuava burguês, uma correlação de forças (Poulantzas, 1977), mais contraditória – o que veio trazer, logo depois, dificuldades para uma governabilidade burguesa com base em políticas neoliberais.

A novidade da estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil

Uma histórica instabilidade continuou condicionada, por um lado, pela desigualdade que permaneceu gerando resistência, contestação, novas vanguardas sociais e políticas e potenciais contra-hegemonias; e, por outro lado, naquele momento, pela ausência de partidos e organizações populares com um caráter social-democrata claramente consolidado, que controlasse o movimento aceitando a ordem social.

A eleição de 1989, muito conflituosa, refletiu essa hegemonia instável com a quase eleição de Lula da Silva.

Com a vitória de Collor de Mello, começa a desconstrução da Constituição, com vistas a quebrar o que nela havia de democrático, popular e nacional. Mas o governo é fraco, sofre o impeachment, e FHC (PSDB) é que vai radicalizar essa pauta, que significou a opção da burguesia pelo velho caminho, agora chamado de neoliberal. Conformou-se um bloco histórico (ou bloco de poder) sob a hegemonia do capital financeiro (Filgueiras et al., 2010; Almeida, 2012), mas reproduzindo fortes contradições sociais.

Tudo isso criou as condições para a vitória de Lula da Silva (PT) nas eleições de 2002, que manteve a política macroeconômica neoliberal e começou radicalizando alguns de seus “fundamentos”. Mas, no processo, mesmo sem romper a lógica neoliberal, o Estado passou a exercer uma ação mais ativa, realizando o que veio a ser chamado de “neodesenvolvimentismo”. Houve uma recomposição do bloco de poder, agora juntando o setor primário exportador e setores que produzem internamente, sob hegemonia do capital financeiro. Passamos a ter, também, a presença de novos parceiros político-sociais no bloco de poder burguês: o PT, outros partidos originados na esquerda, e representantes dos trabalhadores em várias esferas do Estado.

Não houve uma contra-hegemonia. Ao contrário, houve um processo de estabilização da hegemonia política burguesa no Brasil, que se constituiu, por um lado, através de uma pequena melhora da capacidade de consumo dos mais pobres (mesmo sem uma diminuição real da desigualdade social), fruto de uma somatória de

micropolíticas econômicas e políticas sociais compensatórias que foram favorecidas por um momento de melhora da situação econômica mundial. Por outro lado, houve a ação transformista do PT e aliados, que passam a defender a ordem social e fazer a contenção dos movimentos sociais. Esse combinado de ações permitiu que Lula-Dilma (PT) tirassem direitos, dentro da democracia liberal, mantendo apoio popular. Mas houve também um reforço do aparato jurídico-coercitivo (Almeida, 2008).

O neodesenvolvimentismo e seus limites

O maior ativismo estatal com vistas ao crescimento econômico é um componente do “desenvolvimentismo” em geral, mas não foi realmente uma alternativa ao neoliberalismo e à dependência, e sim um viés de respostas social-liberais à crise estrutural do capitalismo.

Diferentemente de um desenvolvimentismo industrializante, esse “neodesenvolvimentismo” é mitigado e mantém a hegemonia do capital financeiro e do setor primário exportador, do que decorre uma desindustrialização relativa do país. Como seus antecedentes, é estruturalmente dependente e periférico e se baseia na superexploração do trabalho, do que decorre uma limitada expansão do mercado interno. Além disso, é ambientalmente predatório e expropriador de povos indígenas, quilombolas, camponeses pobres e moradores das periferias urbanas majoritariamente afrodescendentes.

Não é nacionalista nem “progressista”, como o desenvolvimentismo “clássico” se apresentava e aponta, explicitamente, o mercado como caminho econômico central. A presença do Estado visa viabilizar investimentos e infraestrutura (também prioritariamente privada) para incentivar o setor privado. As privatizações continuam e há mudanças legais para facilitar a reprodução social capitalista, dentro da lógica da ordem internacional. “Neodesenvolvimentismo” é neosubdesenvolvimento.

A crise atual

A crise é profunda e complexa, pois é uma confluência de vários fatores. A crise econômica é resultado do esgotamento desse modelo (e de sua incapacidade de resistir à crise mundial), consistindo no principal pano de fundo da crise atual mais geral. Mas seu desenvolvimento em grave crise política ocorreu ao se cruzar com a questão da corrupção, que se amplificou ao atingir a Petrobras – principal empresa do Brasil (do ponto de vista econômico e simbólico) –, outras grandes financiadoras de campanhas eleitorais, dirigentes e parlamentares de partidos governistas.

Saiu do controle quando o povo constatou o estelionato eleitoral, pois a resposta da presidenta Dilma depois das eleições (o ajuste fiscal) foi sentida como uma traição das suas promessas de campanha, ao fazer o contrário do que prometeu: recessão; diminuição da renda; desemprego; carestia em geral; tarifaço; privatizações; aumento de impostos; quebra de direitos trabalhistas e previdenciários; grandes cortes no orçamento atingindo as políticas sociais.

E o combate à corrupção repercutiu diretamente sobre a economia, parando obras e reforçando a recessão e a crise social. Com a crise do modelo, as diversas

frações do grande capital, que vinham sendo atendidas, foram para uma disputa mais dura de rumos da política econômica. No crescimento, todos se acomodam. Na crise, todos vão à luta.

A base popular ativa do governo se desestimulou com o ajuste e o controle dos três cargos-chave da economia por representantes do grande capital (financeiro, Joaquim Levy; agronegócio, Kátia Abreu; industrial, Armando Monteiro), dificultando sua mobilização.

A perda de apoio popular da presidenta deixa a base parlamentar mais livre e amplia sua sede fisiológica, favorecendo uma crise na base institucional do governo e uma ação ativa dos partidos da oposição liberal e conservadora, que saiu da passividade. Como pano de fundo, o conservadorismo ideológico de parte da “classe média” e da sociedade em geral foi alimentado pelo arrocho material e pela ação de grupos minoritários mais direitistas, religiosos e neofascistas.

Tudo isso tem ampla exposição e divulgação negativa da maioria da grande mídia comercial, que amplificou o desgaste do governo e ajudou as manifestações da direita. Assim, a direita tem capitalizado essa situação se baseando em fatos reais: a crise econômica existe; a corrupção é grande e envolve lideranças do governo; Dilma rompeu com as promessas; o ajuste gera insatisfação popular.

O “pedidos” de golpe militar nunca tiveram relevância, pela falta de um sujeito com vontade e capacidade real de viabilizá-lo, e a grande burguesia não quer o impeachment. Ela vem construindo sua saída à direita (ajuste econômico antipopular, antinacional e antidemocrático) por dentro do governo federal petista e do Congresso Nacional. Demonstram isso as declarações de lideranças empresariais de todos os setores econômicos; editoriais das mais importantes empresas midiáticas nacionais e importantes jornais internacionais; as reuniões de Dilma com os chefes de governo das três principais potências imperialistas (EUA, China e Alemanha).

Mas os políticos burgueses têm seus interesses particulares e lutam por eles, com autonomia relativa. Não basta garantir os interesses do grande capital. Querem também a sua parte no negócio. E isso contribui para aumentar a instabilidade política. Porém, as declarações dos representantes mais diretos da burguesia têm sido no sentido de chamar seus políticos “à responsabilidade”, para colocar o “Brasil” acima de seus interesses menores. Ações de agentes da burocracia do Estado, especialmente do Judiciário, ministério público e polícia federal, com relativa autonomia em relação ao governo, ao Congresso e aos empresários, geram certa imprevisibilidade. Mas a tendência principal não é um impeachment sem base legal, e sim um longo desgaste do governo. Enfim, para o bem da reprodução do capital e de sua ordem social, é melhor um retorno à estabilidade política sem rupturas institucionais (militares ou “brancas”).

Considerações finais

O longo processo de revolução passiva no Brasil iniciado na metade do século XIX se afirma, na forma de hegemonia política burguesa, estável com o governo Lula da Silva. Esse é o momento histórico em que a burguesia, finalmente, con-

segue superar o passado e, ao mesmo tempo, derrotar a perspectiva de um futuro emancipatório do povo trabalhador que vinha se construindo. Mas as contradições sociais continuam. Desde 2012, passamos a vivenciar um período de retomada das lutas populares, no qual as Jornadas de Junho de 2013 (com suas contradições) mostraram amplamente que a luta social estava viva e a resistência voltava a avançar. O período é de resistência, não havendo sinais de “crise de hegemonia”, nem muito menos de uma “situação revolucionária”. Mas a oposição programática de esquerda ao governo e às oposições conservadoras continua viva e vem avançando.

A resistência popular ainda é frágil e com baixo grau de unidade político-partidária e nos movimentos sociais, com duas “centrais” embrionárias (CSP-Conlutas e Intersindical) e outros movimentos combativos fora das duas (como o MTST), o que dificulta as respostas. Porém, há crescente mobilização nas ruas e somente daí poderá surgir uma alternativa com capacidade de resistir à ofensiva do capital e da direita (dentro e fora do governo) e acumular para uma alternativa mais à frente.

Os três principais partidos da esquerda (PSOL, PSTU e PCB) ainda são pequenos. Apenas o PSOL tem representação congressual, que é reconhecidamente boa, e acabou sendo o partido mais atingido com as cláusulas de barreira na nova reforma eleitoral. Enfim, a mudança não virá desse governo, nem das forças políticas que o dirigem. Há setores insatisfeitos na sua base popular, mas ainda muito dependentes dele. Somente novos sujeitos coletivos, político-partidários, sociais e culturais poderão cumprir esse desafio histórico.

Dependência e morte. O neodesenvolvimentismo já nasceu com prazo de validade curto, como uma obsolescência programada. O petismo-lulismo está morto como alternativa de projeto nacional no Brasil. O que não significa sua morte eleitoral e seu desaparecimento na paisagem política brasileira como sócio da ordem social (cultural) burguesa. Mesmo se o PT vier a perder a Presidência da República,

a oposição que fará será intra-hegemônica, ocupando espaços em governos estaduais, prefeituras e parlamentos e se revezando nos três níveis do Estado com os partidos burgueses tradicionais, tornando, assim, normal sua vida de partido da ordem estabilizador da hegemonia burguesa. Além disso, as elites políticas dominantes tradicionais continuam fortemente presentes na vida política nacional, para continuar disputando e concorrendo pelos espaços do Estado e relações privilegiadas com o capital, capitalizando erros e desgastes e em condições de voltar ao governo central sempre que houver uma situação favorável. (Almeida, 2008, p.21-2)

A crise que vivemos é resultado histórico de opções político-econômicas (culturais) feitas pelas classes e elites políticas dominantes, incluindo os atuais governantes. A classe dominante poderá contornar a situação atual. Mas a questão histórica só será superada com a construção de um projeto nacional, teórico e prático (como práxis coletiva), efetivamente democrático-radical, popular, anti-imperialista, antimonopolista, ecossocialista e contra todas as opressões, em transição ao socialismo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. Hegemonia e bloco histórico no Brasil pós-Lula da Silva. In: CLOUX, R.; FERREIRA, E. (orgs.). *Hegemonia e resistências no Brasil*. Salvador: Kawo-Kabiyesele, 2012, p.237-258.
- _____. Uma nova fase do imperialismo? *Anais do VIII Colóquio Marx e Engels*. Unicamp, Campinas 14 a 17 de julho de 2015. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/index.php?texto=gt4&menu=on. Acesso em: 30 ago. 2015.
- _____. O papel do governo Lula e do PT na estabilização das instituições e da hegemonia. *Anais do 6º Encontro da ABCP* (Associação Brasileira de Ciência Política). Unicamp, Campinas, julho de 2008. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/6o-encontro-da-abcp/#.Vk8nM9KrTEY>. Acesso em: 27 jul. 2012.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- CHESNAIS, F. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo. In: NÓVOA, J. (org.). *Incontornável Marx*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Editora Unesp, 2007, p.47-81.
- COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET C.; BALANCO, P. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, J. P. de A. (org.). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- FIORI, J. *O voo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARINI, R. Dialética da dependência. In: STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (orgs.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.131-85.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Resumo

A crise que vivemos no Brasil é um resultado histórico de opções político-econômicas dependentes feitas pelas classes e elites políticas dominantes, incluindo os atuais governantes, com o neodesenvolvimentismo.

Palavras-chave: crise no Brasil, neodesenvolvimentismo, hegemonia no Brasil, governo do PT.

Abstract

The crisis we are experiencing in Brazil is a historic result of dependent political and economic choices made by the dominant classes and political elites, including the current rulers, with the neo-developmentism.

Keywords: crisis in Brazil, neo-developmentism, hegemony in Brazil, PT government.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Análises feministas materialistas e imbricionistas

Jules Falquet

Benjamin leitor de Marx

Anita Schlesener

Crítica à leitura lukacsiana do jovem Marx

Armando Boito Jr.

Segunda servidão no Leste

Sergey D. Skazkine

Dossiê: Imperialismo brasileiro?

Virgínia Fontes, Tatiana Berringer,
Mathias Luce e Angelita Souza

36